

1. OBJETO: Prestação de serviço de limpeza mecânica do sistema de drenagem, com a utilização de equipamento combinado Hidrojato/Sugador/Reciclador; Transporte dos resíduos coletados para aterro; e serviço de inspeção por imagem e circuito fechado de televisão do sistema de drenagem, por meio de 08 (oito) Equipes.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de Limpeza Mecânica de Sistema de Drenagem, constituído de Galerias de Águas Pluviais, Ramais, Poços de Visita, Bocas de Lobo, Bocas de Leão, Tubos e Conexões, **com fornecimento de equipamento combinado Hidrojato/Sugador/Reciclador** (Hidrojato de Alta Pressão/**Sugador** de Alta Potência com Mangote de 8" e **Reciclador** no próprio equipamento) montados sobre chassi de caminhão trucado, **incluindo abastecimento de água**; transporte dos resíduos para Aterro Sanitário; **Inspeção** por imagem e circuito fechado de televisão do sistema de drenagem, incluindo-se a descoberta de Poços de Visita através de Detector de Metais (Caça Latas) ou outro equipamento similar, que se encontram cobertos e/ou não aparentes, incluído demarcação de solo através de tinta para identificação;

2.2. Os serviços deverão ser prestados através de equipamentos apropriados, insumos e Mão de Obra especializada, **com dedicação exclusiva**, conforme condições previstas neste Termo de Referência e no **Estudo Técnico Preliminar** que o embasou (**Anexo I**);

2.3. O serviço é enquadrado como continuado, consoante Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência;

2.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 ano**, contado a partir da data constante na Ordem de Início dos Serviços, e é prorrogável de acordo como o previsto na Lei Federal 14.133/2021;

2.5. O contrato pode oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2023, conforme detalhamento no Plano Orçamentário da Sub-Sé.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Além dos requisitos previstos no Estudo Técnico Preliminar, o Contratado deverá obedecer aos seguintes regramentos:

5.1.1. Dispor de equipamento necessário para o serviço (incluindo veículos, combustível, equipamentos e outros bens); bem como mão-de-obra qualificada;

5.1.2. Deverá ter equipamento combinado Hidrojato/Sugador/Reciclador (**Hidrojato** de Alta Pressão/**Sugador** de Alta Potência com Mangote de 8" e **Reciclador** no próprio equipamento) montados sobre chassis de caminhão trucado, com as seguintes características:

5.1.2.1. Equipamento Hidrojato de Alta Pressão – com capacidade do tanque d'água de no **mínimo 6m³**, carretel com acionamento hidráulico, para armazenamento de no mínimo 120 metros de mangueira com **diâmetro de 1"** (uma polegada) e bomba de alta pressão com pressão **mínima de 220 l/min.**;

5.1.2.2. Equipamento Sugador de Alta Potência – com capacidade para sucção de detritos sólidos, pastosos e líquidos; com capacidade do tanque de detritos de no **mínimo 6 m³**; com mangueiras (mangotes), de sucção de no **mínimo diâmetro 8"** (oito polegadas para utilização com turbina) ou 6" (para utilização com soprador) e com braço hidráulico; com extensões metálicas com diâmetro igual ao do mangote, com comprimento total de 5m, e sistema de **sucção/vazão de 3.200m³/h.**;

5.1.2.3. Equipamento Reciclador: Sistema integrado para reaproveitamento da água utilizada no processo de limpeza, composto por telas (peneiras) com diferentes aberturas intercaladas para retenção dos resíduos coletados e filtragem da água; dotado de bomba de sucção helicoidal, hidrociclone separador de partículas.

5.1.2.4. O abastecimento de água para o equipamento Combinado Hidrojato/Sugador/Reciclador é de responsabilidade do Contratado.

5.1.3. O Contratado, durante a vigência do ajuste, estará obrigado a **substituir os veículos e equipamentos de limpeza que atingirem 10 (dez) anos de utilização**, contados a partir do ano de sua fabricação, submetendo os novos ao Departamento de Transportes Internos para a elaboração dos correspondentes "Laudos de Conformidade";

5.1.4. O caminhão utilizado no serviço deverá ser conduzido por profissional devidamente habilitado para esse tipo de equipamento (o motorista deve ser integrante da equipe);

5.1.4.1. Os motoristas deverão ser substituídos a fim de se respeitar a carga horária estipulada pela legislação trabalhista.

5.1.5. O Contratado deverá possuir e manter em perfeito funcionamento no caminhão equipamento de monitoramento e rastreamento do tipo GPS;

5.1.6. O Contratado deverá fornecer ao fiscal do contrato e ao gestor, link de acesso ao sistema de monitoramento e rastreamento do GPS de cada veículo utilizado no serviço;

5.1.7. Os veículos no qual serão montados os equipamentos deverão ser de cor branca, nos termos do Decreto Municipal nº 29.431/90;

5.1.8. Os veículos/equipamentos deverão ter os respectivos Certificados de Registro de Veículos expedidos no Município de São Paulo, conforme exigência da Lei Municipal nº 13.959/05;

5.1.9. Se o Veículo for registrado em outro Município, então deverá ser providenciada a competente transferência junto ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, no prazo de 30 (trinta) dias da data da ordem de início do contrato, conforme exigência da Lei Municipal nº 13.959/05;

5.1.10. Os veículos que não se enquadrarem na exigência do item anterior serão considerados inexistentes para efeito do contrato a que estiverem vinculados, conforme dispõe a Lei Municipal nº 13.959/05;

5.1.11. Os Caminhões utilizados na execução do serviço objeto do Contrato deverão, preliminarmente à assinatura do Termo de Contrato (ou retirada da Nota de Empenho), ser submetidos à vistoria técnica e cadastramento por DTI/SMT - Departamento de Transportes Internos, à Rua Joaquim Carlos nº 655 – Pari, no horário das 07:00 às 16:00 horas, para expedição do correspondente “Laudo de Conformidade”;

5.1.12. Para a obtenção do “Laudo de Conformidade” nos prazos previstos, o Contratado retirará com o Contratante, a solicitação formal de vistoria dos veículos e equipamentos a ser apresentada à DTI/SMT – Departamento de Transportes Internos, acompanhada dos seguintes documentos: Relação dos veículos; Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento dos veículos, bem como da documentação referida no Edital;

5.1.13. A vistoria dos veículos e caminhões por DTI/SMT, para o fim de expedição do “Laudo de Conformidade”, deverá ser realizada na presença de representante legal da detentora;

5.1.14. Além das condições previstas neste Edital, na vistoria técnica será verificada a fixação das placas de identificação nas laterais, conforme modelo a ser fornecido ao Contratado pela Unidade Contratante, isenção de avarias e defeitos graves aparentes na cabine, falta de lanternas de sinalização e sinalizadores, bem como adaptações inadequadas que afetem as características dos veículos e a segurança do uso em vias públicas;

5.1.15. Havendo a necessidade de substituição dos veículos e caminhões já vistoriados e aprovados, o substituto também deverá ser submetido à vistoria pelo DTI/SMT;

5.1.16. Após a vistoria pelo Departamento de Transportes Internos, conforme previsto no item anterior, caso tudo esteja conforme, os caminhões, bem como os equipamentos, deverão ser vistoriados pela Divisão de Gestão de Transportes Internos - DGTI da Coordenadoria de Bens, Serviços e Parcerias com o Terceiro Setor – COBES, da Secretaria Municipal de Gestão;

5.1.17. A fiscalização do contrato e o gestor poderão ajustar prazos com o Contratado para que as vistorias tanto no DTP quanto no DGTI sejam realizadas a contento e não atrapalhem a execução dos serviços;

5.1.18. Quando detectada condição inadequada dos veículos ou demais equipamentos e demais exigências constantes no Edital, deverá a fiscalização dispensar a equipe, e aplicação da penalidade correspondente.

5.1.19. Para os casos de quebra ou parada para manutenção dos veículos, serão toleradas as suas substituições por no máximo 03 (três) dias corridos, sem que seja efetuada vistoria obrigatória junto à DTI/SMT, a critério e sob a responsabilidade única e exclusiva do responsável técnico da Contratada, com a devida ciência do Engenheiro Fiscal da Contratante;

5.1.20. As penalidades por infração de trânsito ou ambientais são de responsabilidade exclusiva do Contratado;

5.1.21. A **mão de obra** necessária para a realização do serviço deve ser composta (por equipe) de 01 (um) Motorista/Operador, 01 (um) Buerista e 01 (um) ajudante/servente;

5.1.22. O Contratado deve fornecer ferramentas, uniformes, equipamentos de proteção individual, material de sinalização e demais equipamentos complementares à boa técnica e à execução do objeto;

5.1.23. Todos os funcionários deverão se apresentar devidamente uniformizados, incluindo botas, coletes, luvas, máscaras, óculos e demais equipamentos para a correta prestação dos serviços, cujo padrão será o constante na Portaria Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras – SMSM nº 15, de 25 de maio de 2010 (<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-munic-de-coordenad-das-subprefeituras-15-de-25-de-maio-de-2010>);

5.1.24. Os funcionários da equipe contratada deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e munidos de crachá de identificação;

5.1.25. Caberá ao Contratado fornecer, no início do Contrato, pelo menos 3 (três) jogos novos de uniformes a cada profissional, e um novo conjunto a cada 3 (três) meses, devendo mantê-los em perfeito estado de conservação, substituindo-os sempre que necessário, total ou parcialmente, ao longo de todo o período de vigência do Contrato;

5.1.26. O Contratado deverá fornecer uma capa de chuva impermeável, um par de luvas impermeáveis e bloqueador solar para todos os profissionais destacados para o exercício regular das atividades, bem como os demais equipamentos de proteção e segurança que se fizerem necessários à execução dos serviços, sejam eles individuais (E.P.I.) ou coletivos;

5.1.27. Todos os equipamentos de proteção individuais (EPI's) e/ou coletivos, necessários às equipes deverão ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho;

5.1.28. Nos trabalhos em vias públicas, os funcionários deverão obrigatoriamente usar coletes com faixas refletivas e demais itens de segurança previstos e recomendados por lei e/ou normas pertinentes ao objeto, sendo de única e exclusiva responsabilidade da contratada o seu cumprimento;

5.1.29. Caberá à Contratada responder pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se pela efetiva e correta utilização dos equipamentos de proteção individual e/ou coletivo, segundo legislação vigente, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.1.30. A ausência de equipamentos de proteção individual - EPIs e/ou sua não utilização pelos profissionais acarretará a dispensa da equipe a aplicação da penalidade correspondente;

5.1.31. Os funcionários colocados à disposição da Administração pelo empresário contratado deverão estar perfeitamente treinados para execução dos serviços que lhe competem.

5.1.32. Quando algum funcionário for rejeitado pela fiscalização, por eventual desconformidade, deverá ser substituído em até 24 horas;

5.1.33. O Contratado deverá prestar o serviço de **inspeção por imagem e circuito fechado de televisão** do sistema de drenagem, cujo intuito é fornecer os elementos para o diagnóstico completo das condições atuais do sistema de drenagem através do registro fotográfico dos eventos e por meio de imagem digitalizada, gerando um conjunto de informações que permitam o conhecimento das condições estruturais e hidráulicas existentes, possibilitando, ainda, a elaboração de especificações técnicas de estratégias corretivas e de recuperação;

5.1.33.1. Define-se como “Evento” toda ocorrência de ordem estrutural, hidráulica, geometria ou de construção, que venha a ser observada durante a inspeção de uma galeria de água pluvial;

5.1.33.2. O conjunto de equipamentos a ser utilizado pela Contratante na inspeção deverá fornecer um padrão de imagem que permita a visualização e identificação de eventos tais como:

5.1.33.2.1. Estruturais, a exemplo de Trincas, Buracos, Ausência de parte da tubulação, Corrosão da estrutura de concreto e Abrasão;

5.1.33.2.2. Geometria a exemplo de Alinhamento da galeria de água pluvial, Deslocamento de juntas e Recalques;

5.1.33.2.3. Hidráulica, a exemplo de Pontos com infiltração, Bancos de sedimentos, Obstruções e Interferências;

5.1.33.2.4. Construção, a exemplo de Ligações domiciliares/irregulares, Identificação e demarcação de solo através de tinta, de poços de visita cobertos e/ou não aparentes.

5.1.33.3. A atividade de inspeção de galerias tubulares ou moldadas consiste na passagem de uma câmera de televisão ao longo da extensão de cada trecho de galeria situado entre dois acessos;

5.1.33.4. Os acessos (bocas de lobo ou poço de visita) também deverão ter objeto de tomada de cena, identificando avarias e problemas em seu perímetro, lado e fundos;

5.1.33.5. As imagens geradas deverão ser gravadas em formato digital (DVD; PEN DRIVE; etc....), a qual servirá de base para a elaboração do relatório contendo a localização e descrição dos eventos observados;

5.1.33.6. A contratada deverá dispor de equipamento que permita a captura de fotos a partir das imagens gravadas em mídia digital. Eventuais degradações das imagens capturadas deverão ser corrigidas com a utilização de software adequado. A aprovação ficará a cargo do Fiscal do Contrato. As fotos obtidas a partir deste processo deverão integrar o relatório do serviço de inspeção;

5.1.33.7. A gravação deverá registrar na tela qualquer evento, conforme codificação padronizada pelo mercado;

5.1.33.8. A galeria deverá estar suficientemente limpa de modo a permitir a circulação do equipamento; quando a mesma se encontrar em condições distintas, deverá ser disponibilizado equipamento para a execução da limpeza;

5.1.33.9. O serviço será entregue através dos relatórios de inspeção por trecho, acompanhados dos relatórios fotográficos e filmagem dos principais “eventos” na forma impressa e na forma digital e em vídeo com as cenas gravadas, que deverão propiciar a identificação do “evento” e sua característica, para que possa a partir destes elaborar o diagnóstico;

5.1.33.10. O serviço será considerado realizado através da entrega do Relatório impresso e digital de diagnóstico e recomendações, que será composto conforme abaixo:

5.1.33.10.1. Relatórios de inspeção dos conjuntos de escoamento (galerias e ramais) com as respectivas singularidades (bocas de lobo e poços de visita) que constituem a rede responsável pelo “evento” estudado;

5.1.33.10.2. Relatório fotográfico dos “eventos” encontrados nas redes inspecionadas. A critério da Fiscalização poderá ser solicitado o mapeamento impresso com indicação de redes e singularidades realizadas;

5.1.33.11. O relatório será composto pelas imagens capturadas a partir do filme digitalizado contendo os principais eventos e será parte integrante do relatório de inspeção, no qual cada uma das páginas do relatório deverá conter foto do evento capturado, posição em formato de hora da ocorrência registrada, desenho esquemático do trecho de tubulação com indicação da distância da ocorrência no trecho inspecionado e quadro indicativo dos tipos de ocorrência com classificação do nível de gravidade, para a ocorrência registrada.

5.1.33.12. As cenas gravadas, após a edição, deverão ser transferidas para a forma digital, em 02 (duas) cópias, sendo 01 (uma) para entrega à fiscalização juntamente com o relatório e 01 (uma) que será arquivada pela Contratada durante a vigência contratual;

5.1.33.13. Ferramentas; materiais; equipamentos e mão de obra necessários aos serviços de Inspeção por imagem e circuito fechado de televisão do sistema de drenagem, deverão ser fornecidos pela empresa contratada;

5.1.33.14. A mão de obra Técnica para a execução dos serviços deverá operacionalizar o sistema de câmeras e captação das imagens/filmagem, de modo nítido e que seja possível a identificação do “evento”, bem como, ajudante para operacionalizar as condições necessárias para execução dos serviços como abertura de tampas de Bocas de Lobo ou tampas de Poços de Visita, limpeza, se necessário, para a passagem dos equipamentos, auxiliar nas medições em metragem e demarcações dos locais do “evento” e o que mais necessário para auxiliar ao Técnico para execução dos serviços;

5.1.34. Caso ocorra algum imprevisto no processo de limpeza, poderá ser feita a Inspeção por imagem e circuito fechado de televisão do sistema de drenagem, para a identificação da causa do problema, de acordo com solicitação/autorização do Fiscal de Contrato;

5.1.35. Todos os Materiais de Sinalização deverão ser fornecidos pela Contratada, em perfeito estado de uso, e devem ser acompanhados de todos os acessórios para a correta execução dos serviços;

5.1.35.1. A relação mínima de materiais de sinalização é composta por: Faixa/fita zebraada suficiente para isolamento e sinalização da área de trabalho (com reposição sempre que necessário); 04 (quatro) cones de sinalização com refletivo; 02 (dois) cavaletes, modelo CET; e 04 (quatro) bandeiras de sinalização por equipe;

5.1.36. Os equipamentos, bem como ferramentas e outros insumos que forem necessários ao bom desempenho dos serviços, serão fornecidos pelo contratado, devendo ser apresentados diariamente em condições de pronto funcionamento;

5.1.37. A não apresentação do equipamento necessário, ou na impossibilidade de o mesmo trabalhar normalmente por não atender ao item acima, acarretará sanções ao Contratado, de acordo com o estabelecido nos documentos contratuais;

5.1.38. Desidratação e transporte dos resíduos para aterro Sanitário: A licitante deverá possuir em suas instalações, local apropriado de desidratação (Baia segregada com fundo em concreto), dos resíduos oriundos da limpeza do sistema de micro e macro drenagem, com área mínima para recebimento de 40m³ (quarenta metros cúbicos) por dia (para utilização específico para este contrato), observando o tempo de descarga e encaminhamento para disposição final (aterro), após o atingimento do teor adequado de umidade, com armazenamento mínimo de um período de 1 semana, até seu transporte para aterro apropriado, e “Possuir a devida **Licença de Operação** expedida pela **CETESB**”;

5.1.38.1. Os resíduos oriundos dos serviços deverão ser recolhidos e retirados do local de execução dos serviços imediatamente após a conclusão dos trabalhos;

5.1.38.1.1. O descarte dos resíduos deve ser promovido tão logo estejam desidratados, bem como proceder o descarte dos resíduos oriundos da limpeza dos sistemas de micro e macro drenagem tudo nos termos da legislação vigente, demonstrada por meio de licença expedida pela CETESB

5.1.38.1.2. A descarga dos resíduos mencionados no item anterior deverá ser efetuada pela contratada em aterro apropriado a receber o material.

5.1.38.2. A desidratação deve obedecer a todos os regramentos e o processo deve prever, no mínimo, um sistema de coleta e armazenagem dos resíduos líquidos, para que não contaminem o lençol freático, e também um sistema de controle de odores;

5.1.38.3. Trata esta Licença – “**LICENÇA DE OPERAÇÃO**” emitida pelo
“**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**”
“**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**”
“**CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**”

5.2. O Contratado deverá socorrer os equipamentos que apresentarem defeitos ou sofrerem acidentes, consertando-os no próprio local, quando possível, ou substituindo-os de imediato. Nestes casos ou mesmo quando da parada para manutenção preventiva dos equipamentos, serão toleradas as suas substituições por no máximo 03 (três) dias corridos sem que seja efetuada vistoria obrigatória junto a DTI, a critério e sob a responsabilidade única e exclusiva do engenheiro fiscal da contratada, responsável pelo equipamento;

5.3. No caso de apreensão de algum equipamento, as despesas da retirada, guincho e outros correrão por conta da contratada, sem prejuízo de sua pronta substituição;

5.4. O licitante deverá apresentar “**Declaração Formal**”, por ocasião da abertura do certame, sob as penas da lei, de disponibilidade pela correta execução dos serviços;

5.5. Ao Responsável Técnico da Contratada caberá a responsabilidade pela execução dos serviços, além de responder tecnicamente pela equipe. Caberá ainda manter a equipe atualizada quanto às normas técnicas, legais e administrativas, de higiene, de segurança do trabalho e da legislação vigente;

5.6. O Responsável Técnico da Contratada deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - A.R.T., específica para o objeto do contrato, e conforme dispõe o Art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e Resolução nº 425/98 - CONFEA;

5.7. Os serviços serão prestados na área de circunscrição da Subprefeitura Sé, que é composta dos Distritos Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, República, Liberdade, Cambuci e Sé, tanto no horário “Matutino; Vespertino e Noturno”, com as equipes sendo divididas nos 3 turnos de trabalhos;

5.8. O fiscal do contrato, ou o gestor, determinarão, em documento específico, os horários, locais e quantidade de equipes para a prestação do serviço;

5.8.1. As situações não previstas em ordem de serviços que ocorrerem durante a execução dos serviços, deverá ser comunicado pela Contratada à Fiscalização, e anotado em Caderneta de Ocorrências e analisadas pela fiscalização, que deverá se pronunciar da mesma forma;

5.8.2. Em caso de recusa da Contratada na execução dos serviços, sem os devidos esclarecimentos e a concordância da fiscalização, será considerado com serviços não executados, e aplicação da penalidade por não cumprimento de Ordem de Serviço.

5.9. Nos preços apresentados durante o procedimento licitatório já deverão estar incluídos salários, vale transporte, vale refeição, encargos sociais, insalubridade, combustível, manutenção dos equipamentos e qualquer outra despesa que se relacione com a execução dos serviços;

5.9.1. Além dessas despesas diretas, os custos unitários propostos pela Contratada deverão incluir, também, todos os gastos advindos da contratação regular dessa mesma mão-de-obra, relativos ao pagamento das taxas, ônus legais e demais encargos diretos e indiretos, devidamente agrupados na respectiva taxa de Leis Sociais e Trabalhistas - LST;

5.9.2. Na taxa de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI ofertada pela Contratada por ocasião da licitação deverão estar incluídas todas as despesas indiretas relativas aos gastos com a respectiva administração central e local, despesas com o transporte dos funcionários, com o fornecimento de crachás, uniformes e equipamentos de segurança individuais e coletivos não previstos neste Edital, bem como com o recolhimento de todos os impostos, taxas e demais ônus legais cabíveis, além do valor relativo à taxa de lucro almejada.

5.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;

5.10.1. Para os serviços de inspeção por imagem e circuito fechado de televisão do sistema de drenagem, visto que é um serviço esporádico, poderá ser tolerada a subcontratação, devidamente autorizada pelo Fiscal de Contrato.

5.11. Será exigida garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

5.11.1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato;

5.11.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato, admitindo-se uma prorrogação, mediante requerimento do interessado e aceite do Contratante;

5.11.3. A garantia deve ser renovada periodicamente, sempre que o seu prazo estiver para vencer, obedecendo-se os procedimentos e normas da Secretaria Municipal da Fazenda;

5.11.4. A garantia contratual ficará retida, mesmo após o fim do ajuste, até que seja emitido atestado do comprimento de todas as obrigações contratuais;

5.11.4.1. A retenção de que trata o item anterior também se dará no caso de ação trabalhista ajuizada por empregado ligado à prestação do serviço objeto deste Termo de Referência, e perdurará enquanto não transitar em julgado a questão. A suspensão também poderá cessar se o Contratado garantir integralmente o juízo da ação (depósito judicial);

5.12. A vistoria de avaliação prévia do local e modal de execução dos serviços é imprescindível, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas;

5.12.1. Para o agendamento da vistoria, o interessado deve entrar em contato com a Supervisão Técnica de Limpeza Pública através do e-mail abrahamlellis@smsub.prefeitura.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3397-1280.

5.12.2. Para a vistoria, o representante legal do empresário (ou seu responsável técnico) deverá estar devidamente identificado, apresentando um documento de identidade civil e também um documento do empresário comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

5.12.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento do objeto, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.13. A Contratada fica obrigada a atender, dentro da sua capacidade de atendimento prevista em contrato, a qualquer **solicitação emergencial** da unidade requisitante, dentro de 24 horas da solicitação formal.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. O início da execução do objeto: A partir da data prevista na Ordem de Início dos Serviços;

6.1.2. A fiscalização será exercida por Agente Público designado pela Autoridade competente, sendo ele o responsável, ainda, pelo acompanhamento, controle e manutenção das fichas de produção do serviço e do controle de presença dos contratados;

6.1.3. O Contratado, por ocasião do recebimento da respectiva Ordem de Início dos Serviços, deve indicar à fiscalização ou à gestão do contrato, de forma expressa, o nome, R.G., C.P.F. e cargo do preposto que vai representá-lo no decorrer dos serviços;

6.1.4. Os serviços serão realizados sob demanda através das Ordens de serviços elaborados pela Supervisão Técnica de Limpeza Pública/Sé.

6.1.5. O local de prestação dos serviços é dentro de todos os distritos que compõem a Subprefeitura Sé (Distritos Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, República, Liberdade, Cambuci e Sé), conforme item 5.7 deste Termo de Referência;

6.1.6. A execução contratual observará todas as rotinas aqui contidas;

6.1.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens 5.1.22; 5.1.23 e 5.1.25, e demais disposições;

6.1.7.1. No caso de empregada gestantes, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

6.1.8. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato;

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a execução será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada (quando houver), do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

7.4. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

7.5. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;

7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.7. O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado pela Subprefeitura Sé, com o auxílio do respectivo substituto sempre que necessário;

7.8.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.8.2. Os serviços também serão acompanhados por um encarregado da Subprefeitura Sé, a ser designado pela unidade fiscalizadora dentre seus servidores.

7.9. A fiscalização do contrato deve providenciar mensalmente a medição dos serviços, conforme previsto nas normas de regência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos (fichas diárias de produção ou outro documento equivalente);

7.10. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.11. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados;

7.12. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal e pelo gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

7.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

7.14. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.15. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.16. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (quando não houver outro prazo fixado);

7.17. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.19. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

7.20. A fiscalização tratada neste, ou em outro documento, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;

7.21. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas na seção IV, do Decreto Municipal nº 62.100/2021;

7.22. A gestão do contrato ficará a cargo da Supervisão requisitante do serviço e será exercida pelo servidor que estiver ocupando o cargo de Supervisor da referida Supervisão;

7.23. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.24. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade competente para que tome as providências cabíveis;

7.25. A gestão da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas na seção IV, do Decreto Municipal nº 62.100/2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Critérios específicos de medição:

8.2.1. Equipe de Hidrojato/Sugador/Reciclador - A unidade de medição será a “hora” do caminhão combinado operando, em deslocamento ou à disposição do setor de Limpeza Pública da Subprefeitura Sé, considerando como horário inicial a chegada do equipamento ao setor (ou ao local designado na Ordem de Serviço para a intervenção inicial, se a fiscalização determinar que o caminhão se dirija diretamente para este local, sem passar pelo setor de Limpeza) e como horário final, a dispensa do caminhão após a jornada de trabalho;

8.2.2. Serviços de inspeção por imagem e circuito fechado de televisão - A unidade de medição será o preço por “metro linear”, medida em metro do conjunto de escoamento constituído das tubulações (galerias e ramais), onde também estarão desenhadas as singularidades (bocas de lobo e poços de visita) que façam parte contribuinte para o ponto de alagamento estudado ou local (Ramal/Galeria) a ser verificado seu ponto de interferência, incluindo-se a descoberta de Poços de Visita através de Detector de Metais (Caça Latas) ou outro equipamento similar, que se encontram cobertos e/ou não aparentes, incluído demarcação de solo através de tinta para identificação;

8.2. Para o pagamento mensal pela prestação do serviço será utilizada a Ficha Diária de Produção contendo, além do tipo e quantidade do serviço executado, os horários de entrada e de dispensa de cada equipe/equipamento;

8.2.1. Em cada processo mensal de pagamento de medições, deverão ser anexadas as Fichas diárias de Produção referentes aos serviços executados, de acordo com o modelo constante neste Termo de Referência, além do relatório fotográfico, as Fichas Diárias de Presença, o Relatório Mensal referente aos serviços executados e as vias da Caderneta ou Livro de Ocorrências (quando tiverem ocorrências).

8.3. O prazo para pagamento do contratado será de até 30 (trinta) dias corridos, que serão contados a partir da data de entrega de toda a documentação por parte do Contratado;

8.4. Para o pagamento mensal, o Contratado deve apresentar para o fiscal do contrato os seguintes documentos (sem prejuízo de outros necessários):

8.4.1. Requerimento de pagamento;

8.4.2. Nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente;

8.4.2.1. Caso o documento fiscal descrito no item 8.4.2. não esteja em conformidade, ou seja, não contiver a razão social (conforme nota de empenho), CNPJ, objeto contratado, o período a que se refere, a quantidade e a identificação dos serviços, com os correspondentes preços unitários e totais, a Contratada deverá, após pedido do fiscal ou do gestor do contrato, cancelar ou substituir o documento.

8.4.3. Relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato;

8.4.4. Folha de frequência dos empregados vinculados à execução do contrato;

8.4.5. Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;

8.4.6. Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);

8.4.7. Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior a realização da despesa objeto do pedido de pagamento;

8.4.8. Cópia da guia quitada do INSS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento;

8.4.9. Cópia da guia quitada do FGTS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento;

8.4.10. Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços;

8.4.11. Além dos documentos descritos nos itens de 8.4.1 ao item 8.4.10., o Contratado deve ofertar ao Contratante a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, prova de regularidade com o FGTS e com as Contribuições previdenciárias, além das Certidões previstas no Edital da Licitação e no Termo de Contrato;

8.5. O pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, em decorrência da extinção ou da rescisão do contrato, ficará condicionado, sem prejuízo dos demais documentos exigidos, à apresentação de cópias dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou à comprovação da realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços;

8.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.6.1. Não produziu os resultados acordados;

8.6.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.6.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7. Aplicada penalidade pecuniária e transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso ou denegado provimento ao recurso interposto, o valor correspondente deverá ser retido na nota de liquidação e pagamento do mês;

8.7.1. Após a publicação do despacho que denegou provimento ao recurso contra eventual penalidade aplicada, ou o decurso do prazo sem interposição de recurso, não havendo tempo hábil para que seja respeitado o prazo legal para o pagamento, a retenção do valor da multa deverá ocorrer na próxima nota de liquidação e pagamento.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9. DA CESSÃO DE CRÉDITO

9.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com a legislação vigente;

9.1.1. As cessões de crédito fiduciária devem ser informadas ao Contratante;

9.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante;

9.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

9.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

9.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração ou a terceiros;

9.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente mediante ateste do quanto realizado a cada mês, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

10.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

10.2.1. O fiscal do contrato deverá apurar o resultado da execução do objeto e, se for o caso, analisar o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com o previstos nos regramentos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando as ocorrências em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

10.2.2. O gestor deverá acompanhar a realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será juntado ao processo SEI, caso o Contratado tenha alguma pendência.

10.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

10.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas

10.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.5. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do último recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

10.5.1. Havendo recusa do contratado na assinatura do recebimento definitivo, ou a impossibilidade de ser localizado o responsável legal do empresário, o servidor designado, ou a comissão nomeada para tal, deve elaborar o documento assinando de forma unilateral e, após publicação no Diário Oficial da Cidade, deve inserir o documento e finalizar o processo, caso não haja mais nenhuma pendência que possa impedir a ação.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO mensal** do serviço;

11.2. Para fins de habilitação, quando não houver vedação sobre a participação de determinada pessoa jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos (sem prejuízo de outros contidos no Edital do certame):

11.2.1. Habilitação jurídica

11.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade indicada identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.2.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.2.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda do Município de São Paulo, mediante apresentação de certidão, referente a todos os créditos tributários municipais e Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

11.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.2.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.2.3. Qualificação Econômico-Financeira;

11.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11.2.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

11.2.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.2.3.4. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

11.2.3.5. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

11.2.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

11.2.3.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.2.4. Qualificação Técnica;

11.2.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.2.4.1.2. A declaração tratada no item acima poderá ser substituída por Declaração formal assinada pelo responsável do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço;

11.2.4.2. Registro ou inscrição do empresário contratado no conselho profissional, em plena validade;

11.2.4.3. “LICENÇA DE OPERAÇÃO” emitida pelo “Governo Do Estado De São Paulo”, “Secretaria Do Meio Ambiente”, “Cetesb - Companhia Ambiental Do Estado De São Paulo”

11.2.4.4. O licitante deve possuir a devida licença de operação expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, declarando ainda que dará destinação final adequada, bem como tratará o efluente líquido gerado no processo de desidratação dos resíduos;

11.2.4.5. O licitante deverá apresentar licença de instalação e operação para transporte de lodos, emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, e que atendam plenamente às exigências contidas no Edital, inclusive quanto à desidratação de resíduos;

11.2.4.6. A unidade de destinação dos resíduos deve estar localizada a uma distância que possibilite a descarga e o retorno do equipamento ao local de trabalho dentro do mesmo período/turno de trabalho;

11.2.4.7. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a legalidade das instalações destinadas à desidratação dos resíduos junto aos órgãos públicos envolvidos, inclusive junto à Prefeitura do local onde se encontrem as instalações.

11.2.5. Qualificação Técnico-Operacional;

11.2.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

11.2.5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

11.2.5.2.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **8.800 (oito mil e oitocentas) horas de equipamento combinado Hidrojato/Sugador/Reciclador** (Hidrojato de Alta Pressão/Sugador de Alta Potência com Mangote de 8" e Reciclador no próprio equipamento) montados sobre chassi de caminhão truco e **4.800 (quatro mil e oitocentos) metros lineares de Inspeção por imagem e circuito fechado de televisão em sistema de drenagem (Galerias/Ramais)**, ou seja, 50% do total de serviços previsto para o Contrato, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serviços ininterruptos;

11.2.5.2.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto deste Termo de Referência;

11.2.5.3. Será admitida também, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

11.2.5.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do empresário licitante;

11.2.5.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

11.2.5.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

11.2.5.7. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei Federal nº 14.133/2021 e outros regramentos sobre o tema;

11.2.6. Qualificação Técnico-Profissional;

11.2.6.1. O licitante deve apresentar profissional abaixo indicado, devidamente registrado no Conselho Profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado:

11.2.6.1.1. Para o profissional Engenheiro Civil: Serviços de Limpeza de Sistema de Micro Drenagem;

11.2.6.2. O profissional indicado na forma supra deverá participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 11.170.866,24, conforme custos apostos na tabela no PA SEI nº 6056.2023/0007636-4, documento SEI nº 083066250:

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Subprefeitura Sé;

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
49.10.17.512.3008.2.367.3.3.90.39.00.00

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A equipe designada para o objeto fica expressamente proibida de trabalhar em quaisquer outros serviços diversos dos especificados neste Termo de Referência;

14.2. As normas de segurança constantes neste (ou em outro) documento não desobrigam o Contratado do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de equipamentos/ferramentas inaceitáveis na execução dos serviços;

14.3. Caberá à Contratada manter Caderneta de Ocorrências para cada equipe, visando registrar qualquer ocorrência relacionada ao andamento dos serviços, bem como o Livro de Ordem;

14.3.1. Fiscalização apontará na Caderneta de Ocorrências, ou por Ofício, as eventuais irregularidades constatadas na execução dos serviços ou quaisquer outras ocorrências pertinentes aos serviços ora contratados, determinando providências para que sejam sanadas e fixando prazo para seu atendimento, podendo, se a gravidade do fato assim indicar considerar o serviço como não executado naquele dia, justificando sua decisão na Caderneta de Ocorrências. Caberá à Contratada justificar, via Caderneta de Ocorrências, qualquer impossibilidade no cumprimento do prazo estabelecido pela fiscalização.

14.4. Será terminantemente proibido aos profissionais da Contratada, durante o período de trabalho em qualquer função, ingerir qualquer tipo de bebida alcoólica ou substância psicotrópica, pedir ou receber gratificação de qualquer tipo, sejam elas concedidas a que título for, bem como exercer qualquer outro tipo de atividade alheia àquela inerente ao Contrato;

14.5. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas estarão na minuta do Termo de Contrato (integrada ao Edital);

14.6. Qualquer antinomia entre os itens do Termo de Referência e do Termo de Contrato, prevalece o disposto neste documento de Referência, desde que não haja disposição legal em contrário, assim como qualquer incongruência entre o disposto no Termo de Contrato, no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, prevalece o contido no Estudo Técnico (também desde que não esteja em oposição ao contido nas Leis);

14.7. Eventuais divergências, quando não solucionadas no âmbito do Contratante, poderão ser submetidas à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, a ser disciplinada pela Procuradoria Geral do Município, e estará condicionada à prévia observância dos trâmites ordinários de processamento dos requerimentos, para as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro e pagamento por indenização ou, ainda, do procedimento de aplicação de penalidades, com esgotamento das instâncias administrativas correspondentes.

São Paulo, 11 de maio de 2023.

Abrahão de Lellis Pereira
Supervisor Técnico de Limpeza Pública
SUB-SÉ

Nilson Kuratomi da Silva
Coordenador
SUB-SÉ

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES INICIAIS

1.1. Objetivo

O presente estudo técnico preliminar se destina a identificar e analisar as soluções existentes para atendimento de demanda, demonstrar a viabilidade da solução identificada como apta a suprir necessidade da Administração, bem como servir de base ao futuro Termo de Referência para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECÂNICA DO SISTEMA DE DRENAGEM, POR MEIO DE 08 (OITO) EQUIPES COM A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/SUGADOR/RECICLADOR, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA ATERRO SANITÁRIO, FORNECIMENTO DE IMAGEM POR MEIO DIGITALIZADO (TANTO FOTOGRAFICO, QUANTO FILMAGEM), E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA.** Nesse sentido, o estudo faz parte do conjunto de documentos do Processo SEI nº 6056.2023/0007636-4.

1.2. Definições

Para uma melhor compreensão das expressões que possam por ventura surgir no Estudo Técnico Preliminar ou em outro documento do procedimento, adotaremos as seguintes definições básicas:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas: órgão sem fins lucrativos e de utilidade pública, responsável pela normalização técnica no Brasil, prescrevendo solução ou prevendo eventuais problemas;

NBR: sigla usada para representar a expressão Norma Técnica (criada pela ABNT);

Galeria: canalizações usadas para conduzir as águas provenientes das bocas de lobo e outras ligações;

Poço de Visita: dispositivo que permite a inspeção e limpeza de rede;

Trecho: espaço da galeria situada entre dois poços de visita;

Boca de Lobo: dispositivo localizado próximo a sarjetas e se destina a captar águas pluviais;

Caixa Coletora: dispositivo confeccionado em alvenaria, tijolo maciço ou blocos de concreto e serve para acoplar as bocas de lobo;

Tubos de Ligação: tubulações destinadas a conduzir as águas captadas nas bocas de lobo para as galerias ou poços de visita;

Meio-fio: elementos de pedra ou concreto que se colocam entre o passeio e a via pública;

Sarjetas: faixas de via pública que se posicionam paralelamente em relação do meio-fio. A calha formada entre o meio-fio e a sarjeta é a receptora das águas que incidem sobre as vias públicas;

Sarjetões: calhas localizadas no cruzamento de vias públicas formadas pela própria pavimentação e se destina a orientar o escoamento das águas sobre a sarjeta;

Condutos Forçados: obras destinadas a conduzir as águas superficiais, de maneira segura, sem preencher completamente a seção transversal do conduto;

Estações de Bombeamento: obras e equipamentos destinados a retirar a água de um canal de drenagem quando não mais houver condições de escoamento por ação da gravidade. Tal retirada vai para outro canal em nível ou receptor final da drenagem;

Limpeza Manual de Dispositivo de Drenagem Superficial: são trabalhos manuais de limpeza dos dispositivos construídos em concreto, ou outro material que por sua natureza não possam receber o serviço de máquinas ou equipamentos pesados;

Limpeza Mecânica de dispositivo de drenagem não revestido: são trabalhos de limpeza e recomposição de sarjetas e valetas em terra, executados por motoniveladora ou por retroescavadeira;

Limpeza de Dispositivos de Drenagem por Processos Especiais: são serviços de limpeza realizados com a utilização de equipamentos específicos, sem danificação do revestimento, por arraste ou por desaterro hidráulico;

EPI: equipamento de proteção individual;

DTP: Departamento de Transportes Públicos, da Secretaria Municipal dos Transportes. Órgão responsável pela vistoria de veículos de serviço da Prefeitura de São Paulo;

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Introdução

Os objetivos fundamentais da Federação Brasileira são comumente reconhecidos como metas a serem alcançadas por todos os entes do Estado, possuindo, segundo entendimentos consolidados pelo Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, eficácia vinculante do seu conteúdo, ou seja, devem ser concretizados em toda e qualquer ação dos integrantes do Estado Brasileiro.

Dentre os diversos objetivos da República inseridos no artigo 3º da nossa Constituição Federal temos dois que guardam relação estreita com o tema das licitações e contratos: 1) o desenvolvimento nacional e, 2) a redução de desigualdades regionais.

Sabe-se que o volume de contratações do setor público responde por quantia substancial do PIB Brasileiro e, dessa forma, a atividade econômica gerada pelas licitações e dispensas é um elo importante dentro da engrenagem que leva ao desenvolvimento e à redução de desigualdades regionais.

Assim, considerando os aspectos econômicos e também o impacto socioambiental advindo de tais atividades estatais, não há que se pensar apenas em desenvolvimento nacional e em redução de desigualdades regionais. Há de se levar em conta outro aspecto importante das licitações e dispensas: o desenvolvimento sustentável e responsável.

Nesse diapasão, temos que o presente documento trabalha com o que determina a legislação de regência, que é deixar em evidência o problema a ser resolvido e a melhor solução em harmonia com os objetivos republicanos, de modo que se tenha condições de ver no horizonte, sem sombras, a viabilidade técnica e econômica do que se pretende contratar.

Por fim, não vislumbramos necessidade de se classificar este estudo técnico preliminar como sigiloso, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011, porém, por ser um ato preparatório, há permissivo legal para se restringir a visualização externa do documento no processo SEI, enquanto perdurar a fase interna do procedimento.

2.2. Necessidade da Contratação

O Ente Estatal tem sua missão delineada nos diversos diplomas que compõem o arcabouço jurídico do nosso sistema. Nesse contexto, para que se leve a cabo a finalidade e as atividades atreladas às funções do Estado, de forma eficiente e confiável, há de se ter um conjunto de bens e serviços que são, em essência, um instrumento de realizações.

Ocorre que nem sempre a Administração Pública tem em mãos os insumos para fazer frente às necessidades que surgem. Seja porque não é sua atividade fim, não há pessoal

nem equipamento especializado ou não se tem o material para consumo no seu conjunto de bens. É nesse momento que se faz necessária a contratação de serviços e materiais por meio de pessoa especializada, com o condão de permitir que o ente tenha os instrumentos e os acessórios para fazer frente às políticas públicas.

A Subprefeitura Sé é uma organização pública, instituída a partir da Lei 13.399 de 2002. É responsável pela administração pública dos distritos: **Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, República, Liberdade, Cambuci e Sé**, localizados na região central da cidade de São Paulo, em um território de 26,2 km² com uma população residente de aproximadamente 431.016 habitantes.

A partir da Lei 13.399 de 2002, e com a descentralização das atividades para as Subprefeituras, é exercida uma administração direta, com maior autonomia, mais eficiência, participação popular e desenvolvimento local, com a missão de consolidar os instrumentos de democratização do Poder Público com o Orçamento Participativo e fortalecer a democratização da gestão pública e a participação no âmbito regional. O Poder Público Municipal ficou mais próximo e mais acessível ao cidadão, trabalhando com ações integradas das diversas áreas da Prefeitura: saúde, assistência social, educação, transportes, entre outras.

Conforme estabelecido na Lei 13.399/2002, a Subprefeitura Sé presta serviços de atendimento, recebimento dos pedidos e reclamações da população, solução para os problemas apontados, planejamento, regulamentação e fiscalização do uso do solo, assistência social e promoção da prática do esporte, do lazer e da cultura. Também são atividades principais, a manutenção da infraestrutura urbana e projetos e obras da região. Então, diante do que foi explicitado em linhas acima, a Subprefeitura Sé necessita contratar **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECÂNICA DO SISTEMA DE DRENAGEM, COM A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/SUGADOR/RECICLADOR, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA ATERRO SANITÁRIO, FORNECIMENTO DE IMAGEM POR MEIO DIGITALIZADO (TANTO FOTOGRÁFICO, QUANTO FILMAGEM), E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA**, vez que tal ajuste visa a inspeção, limpeza e manutenção dos sistemas de drenagens que cortam todos os distritos sob responsabilidade deste órgão da Prefeitura. Importante destacar que tais atividades são contínuas e obrigatórias, tendo em conta a vasta metragem de todos os dispositivos e equipamentos que compõem o sistema de captação e escoamento de águas (servidas ou pluviais), bem como aquelas águas advindas do recalque do subsolo, sendo necessária a total coleta, tratamento e destinação final dos resíduos (ou outros problemas) que possam vir a causar qualquer obstrução à fluidez desses sistemas, fazendo com que as águas escoem de forma correta.

O objeto do presente estudo preliminar é de natureza continuada, visto que visa atender necessidade permanente e contínua da Administração, inclusive por mais de um exercício financeiro, viabilizando meios de garantir que o ente possa manter o funcionamento de suas atividades, de modo que a interrupção do serviço não vá comprometer sua missão.

Por fim, conforme normativos vigentes, o serviço que se pretende contratar tem permissivo para tal e, como a Subprefeitura não dispõe de condições materiais (máquinas, equipamentos, insumos etc) e humanas de realizar a atividade com recursos próprios, é necessário que se lance mão no mercado para que ela tenha meios de atuar dinamicamente no exercício de suas atividades.

3. REQUISITANTE E GESTOR(A) DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como requisitante a SUPERVISÃO TÉCNICA DE LIMPEZA PÚBLICA, cujo responsável é o Supervisor ABRAHÃO DE LELLIS PEREIRA.

A gestão da contratação fica a cargo da Supervisão retromencionada.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações de 2023.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação que se pretende tem os seguintes requisitos mínimos:

Contratação de pessoa jurídica especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECÂNICA DO SISTEMA DE DRENAGEM, COM A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/SUGADOR/RECICLADOR, TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA ATERRO SANITÁRIO, FORNECIMENTO DE IMAGEM POR MEIO DIGITALIZADO (TANTO FOTOGRÁFICO, QUANTO FILMAGEM), E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, ATRAVÉS DE EQUIPE ESPECIALIZADA**, devidamente cadastrada no CNPJ, com registro no CREA/CAU, que tenha o seu objeto social em consonância com o que aqui se pretende contratar, tendo em seu quadro profissional capacitado a prestar o serviço e a fornecer o material que se pretende utilizar.

O contratado deve dispor do pessoal e do material a ser utilizado no serviço, no prazo a ser fixado pelo contratante, bem como deve indicar, também em prazo fixado, os profissionais especializados, de modo que não haja nenhum prejuízo para o objeto do ajuste;

O licitante deve fornecer, quando do procedimento licitatório, Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tem experiência na execução de serviços compatíveis em quantidade e complexidade com o objeto da licitação;

O participante do procedimento licitatório deve apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

O contratado deve comprovar o vínculo empregatício dos Responsáveis Técnicos mediante cópia do respectivo contrato de trabalho.

O serviço a ser contratado se enquadra como de natureza continuada, pois sua interrupção compromete a continuidade das atividades da Administração e, por isso, a contratação pode se estender por mais de um exercício financeiro, da forma como estipulado pela legislação vigente;

O contratado deve se comprometer a realizar o serviço pelo prazo inicial de 1 (um) ano, a contar da data prevista na Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela norma de regência.

Os serviços serão executados na rede de drenagem de todos os 8 distritos que compõem a área sob a responsabilidade da Subprefeitura Sé: **Bom Retiro, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, República, Liberdade, Cambuci e Sé**;

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

(acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala).

Consoante Processo SEI 6056.2021/0003968-6, o serviço vem se desenvolvendo através de 04 equipes/mês com a seguinte composição: 01 (um) - Motorista/operador (por equipe); 01 (um) - Buerista (por equipe) e 01 (um) - Ajudante (por equipe). Essas equipes são responsáveis por operar 1 (um) caminhão trucoado “combinado” com **hidrojato** de alta pressão/**sugador** de alta potência com mangote de 8”/**reciclador** (no mesmo equipamento). A demanda atual gira em torno de **184 horas por equipe/mês de serviço** (cada equipe).

Já o serviço de inspeção por imagem pede um equipamento de circuito fechado de televisão que consiga fornecer elementos para um diagnóstico completo das condições atuais do sistema de drenagem. Tal serviço está estimado em 100 metros lineares de inspeção por equipe/mês.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme determinação da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado o levantamento de mercado em contratações similares, firmadas nos últimos meses, que demonstram de forma clara e inequívoca que esse tipo de solução é a escolhida para suprir a necessidade das diversas Administrações Públicas.

Aproveitamos o ensejo para informar as licitações com objetos compatíveis com o aqui pretendido:

1 - Subprefeitura Mooca:

Processo 6046.2022/0001770-1

Pregão Eletrônico nº 001/SUB-MO/2022

2 - Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia:

Processo 6037.2019/0000781-7

Pregão Eletrônico nº 003/SUB-FB/2020

3 - Subprefeitura Parelheiros:

Processo 6047.2022/0000167-3

Pregão Eletrônico nº 04/SUB-PA/2022

4 - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá:

Processo 6051.2022/0002905-7

Pregão Eletrônico nº 006/SUB-PJ/2022

Importante frisar que as últimas contratações pesquisadas ocorreram através de processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, vez que tal modal permite uma maior competição entre os interessados em prestar o serviço, facilita uma maior transparência, permite o controle externo, além de se dar mediante uma ferramenta já largamente utilizada pela Subprefeitura Sé, que é o sistema COMPRASNET.

Dessa maneira, entendemos que o procedimento licitatório retrocitado é o mais adequado para a futura contratação.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Ao adentrarmos na questão relativa à estimativa do valor da contratação, insta mencionarmos que realizada de forma correta, tem o condão de estimar a média do custo do objeto a ser adquirido, define a reserva dos recursos orçamentários e serve de um norte para a análise das propostas no certame licitatório.

De acordo com a sistemática adotada pelo Decreto Municipal nº 62.100/2022, a pesquisa de preços deverá ser efetuada, de forma combinada, no Banco de Preços e Cotações no Portal Nacional de Contratações, pesquisa em mídia especializada, listas de instituições privadas renomadas na formação de preços, sítios especializados, banco de preços praticados na Administração Pública, em contratações com outros entes públicos ou de múltiplas consultas no mercado, sendo que o resultado de referência deve ser aferido a partir da média global dos preços obtidos (desconsiderando-se os inexequíveis e os excessivamente elevados).

Sobre a aferição da média global dos preços praticados no mercado, o Tribunal de Contas da União tem como praxe administrativa, e orientação consolidada, a utilização de no mínimo 03 (três) preços de fornecedores distintos.

“a jurisprudência do TCU é no sentido de que antes da fase externa da licitação há que se fazer pesquisa de preço para que se obtenha, no mínimo, três orçamentos de fornecedores distintos (Acórdão nº 4.013/2008-TCU-Plenário, Acórdão nº 1.547/2007-TCU-Plenário)”¹

¹ TCU, Acórdão nº 3.026/2010 – Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, j. em 10.11.2010.

Todavia, a experiência afora tem indicado que quando a administração amplia as fontes de pesquisa para além de três orçamentos, e realiza a correta depuração dos valores pesquisados, os resultados são bons. Quanto maior o número de informações, mais próximo o valor vai estar do praticado no mercado.

Documentos neste demonstram que a Administração efetuou pesquisa de preços dentro do que exige o padrão jurídico-formal, conforme conclusões extraídas e, a média apurada ficou no montante de R\$ 116.363,19 por Equipe, R\$ 930.905,52 mensal e R\$ 11.170.866,24 anual, conforme custos apostos na tabela no PA SEI nº 6056.2023/0007636-4, documento SEI nº 083066250.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução como um todo do que se pretende contratar, neste caso em específico, consiste em um conjunto de serviços (objetos) que não podem ser licitados de forma isolada, sob pena de se inviabilizar o próprio objeto levantado neste Estudo Técnico Preliminar. São serviços relacionados, que se complementam para formar a solução almejada.

O serviço consiste na **LIMPEZA MECÂNICA DE SISTEMA DE DRENAGEM**, constituído de Galerias de Águas Pluviais, Ramais, Poços de Visita, Bocas de Lobo, Bocas de Leão, Tubos e Conexões e outras estruturas do sistema, com fornecimento de equipamento combinado Hidrojato/Sugador/Reciclador (Hidrojato de Alta Pressão/Sugador de Alta Potência com Mangote de 8" e Reciclador no próprio equipamento) montados sobre chassis de caminhão trucado, incluindo o abastecimento de água; serviço de **TRANSPORTE DOS RESÍDUOS COLETADOS** para Aterro Sanitário; e serviço de **INSPEÇÃO POR IMAGEM** e circuito fechado de televisão do sistema de drenagem, incluindo-se a descoberta de Poços de Visita através de Detector de Metais (Caça Latas) ou outro equipamento similar, que se encontram cobertos e/ou não aparentes, incluído demarcação de solo através de tinta para identificação.

O serviço deverá ser executado pela contratada de forma continuada, com o uso de mão de obra dedicada e com o fornecimento de todos os materiais necessários para a consecução do objeto.

A rotina diária de serviços será definida pela fiscalização ou pela gestão do contrato, que divulgarão, com antecedência, as ordens de serviço determinando como cada equipe irá desempenhar suas funções no dia/semana/mês.

A contratante, através do fiscal ou do gestor, poderá convocar o preposto da contratada para que preste alguma informação, esclareça algum fato ou para tratar de outro assunto inerente ao objeto do contrato.

A execução dos serviços obedecerá ao contido neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, nas normas de regência e em outros documentos do contrato.

Para a correta execução do trabalho é fundamental que a contratada tenha plenos conhecimentos de todas as estruturas e equipamentos que compõem o sistema de drenagem, de forma que a participação no procedimento licitatório implica em ciência quanto ao serviço que será desenvolvido.

O Termo de Referência poderá trazer os pormenores do serviço que as equipes deverão realizar.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

É de conhecimento geral que cabe à Administração Pública a persecução do menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da contratação em conjunto com a boa prestação do serviço, o que exige a escolha mais adequada e eficiente entre as tantas existentes.

O Professor Marçal Justen Filho, eminente jurista, assevera que “Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”²

Mais à frente o mesmo autor supracitado emenda que “Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexequíveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...)”

As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”

Tal lição, traçada no bojo da legislação anterior, permanece atual, pois os princípios administrativos permanecem na nova legislação.

Assim, é a partir de tais premissas que se deve olhar a questão do parcelamento do objeto.

Mesmo sendo regra se optar pelo parcelamento, um princípio da contratação, no presente caso temos que tal solução não é a mais vantajosa, justamente por vislumbrarmos um maior custe e menor benefício para a Administração. Pensar diferente seria conviver com um cenário em que teríamos que administrar mais de um contratado, o que já é complicado ante a situação da Subprefeitura Sé, que carece de servidores para todas as atividades, inclusive pessoal capacitado e qualificado a gerir e fiscalizar os ajustes, bem como a divisão em itens poderia criar uma situação em que haveria equipe para realizar o serviço, mas tal desiderato não poderia prosseguir, por falta de equipamento do outro contratado (caso fortuito, força maior, inadimplemento contratual etc).

O serviço a ser realizado não comporta etapas isoladas. São etapas interligadas que não podem ficar à mercê de convergência de três ou mais vontades para ser executado (harmonia de trabalho entre o contratante, o primeiro contratado, o segundo contratado e outros).

Importante frisar ainda que conforme pesquisas das últimas licitações, dos mais diferentes entes, a unificação do objeto foi a solução escolhida para a disputa.

Portanto, entendemos que o **não parcelamento** do objeto é a opção que traz maior segurança na realização do serviço, minimiza contratações defeituosas (aquelas que podem inviabilizar o objeto durante a execução), e traz um maior benefício para a Administração.

² Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 15ª edição, p. 61

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Com a presente contratação, a Subprefeitura espera reduzir a possibilidade de alagamentos em sua região administrativa em razão da presença de detritos que possam impedir o escoamento da água para as tubulações e conexões do sistema de drenagem. O serviço de inspeção por imagem, nesse diapasão, é fundamental para que o corpo técnico defina com precisão possíveis obstruções e o roteiro de limpeza, o que se traduz em uma economia de escala, visto que o serviço é remunerado por hora e, tendo a certeza de que determinado local está em boas condições, os recursos serão remanejados para outras áreas dos distritos sob nossa responsabilidade.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Previamente à celebração do contrato, há de se observar a questão da garantia a ser prestada pelo contratado, além de que da capacitação da área gestora e da fiscalização, para que tomem plena ciência do papel de cada um, de acordo com o que estipula a Seção IV, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Na presente contratação pretendida, aquelas correlatas e/ou interdependentes dizem respeito à aquisição do material para limpeza dos sistemas, bem como dos que serão utilizados para a desidratação e transporte dos resíduos, sendo que tais materiais devem ser integralmente suportados pelo empresário contratado, que deve estimar todos os insumos na sua planilha de composição de custos.

Portanto, não há nenhuma contratação correlata ou interdependente que seja de responsabilidade exclusiva ou que dependa de autorização da Subprefeitura Sé.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Visando a mitigação de eventuais impactos ao meio ambiente, o empresário contratado deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental na prestação do serviço. Para tanto, deve, entre outras providências, otimizar a utilização de recursos e, ainda, observar a redução de desperdícios e da poluição, tomando como ponto de partida as seguintes recomendações:

Orientar seus funcionários e prestadores de serviço quanto a racionalização de energia elétrica e adoção de medidas para evitar o desperdício de água, bem como reduzir o consumo de materiais que possam causar impactos ao meio ambiente;

Usar com parcimônia o uso de substâncias necessárias que sejam potencialmente tóxicas e substituí-las, sempre que possível, por outras que não causem danos ou de menor toxicidade;

Priorizar a utilização de equipamentos, dispositivos hidráulicos e aparelhos que atuem na redução do consumo de água;

Os insumos utilizados na atividade deverão atender a melhor relação entre custo e benefício, levando-se em conta os impactos ambientais associados ao produto;

Na atividade deverão ser usados produtos que obedeçam às classificações e especificações dos respectivos órgãos de registro (ANVISA ETC);

O contratado deverá promover, durante a vigência do ajuste, capacitação aos seus trabalhadores envolvidos no serviço, notadamente quanto às boas práticas ambientais e outras diretamente ligadas ao objeto do contrato;

Responsabilizar-se pelo correto descarte de peças substituídas, embalagens dos produtos, restos de materiais ou produtos que possam vir a ter impacto ao meio ambiente;

Observar a vedação contida no Decreto Federal nº 2.783/1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, no que tange a proibição de uso de qualquer substância que possa promover a destruição da camada de ozônio, (abrangidas pelo Protocolo de Montreal);

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR – publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como outros normativos, no que concerne o tratamento e destinação de resíduos sólidos;

A água utilizada na realização dos serviços deverá ser de reuso;

A atuação do contratado deve sempre se pautar pelo uso racional dos recursos, de forma que não haja geração excessiva de resíduos ou desperdício de materiais.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Compulsando todos os elementos presentes neste Estudo Técnico Preliminar, a possibilidade técnica, a necessidade da Subprefeitura, bem como o fato de que a contratação pretendida visa substituir a que ainda está vigente, **declaramos viável a contratação.**

São Paulo, 11 de maio de 2023.

Abrahão de Lellis Pereira
Supervisor Técnico de Limpeza Pública
SUB-SÉ

Nilson Kuratomi da Silva
Coordenador
SUB-SÉ

ANEXO II

FICHA DIÁRIA DE PRESENÇA DA EQUIPE DE LIMPEZA MECÂNICA DE GALERIAS, RAMAIS, POÇOS DE VISITA, BOCAS DE LOBO, TUBOS E CONEXÕES, COM EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/SUGADOR/RECICLADOR, TRANSPORTE DE RESÍDUOS E INSPEÇÃO POR IMAGEM.

(a ser preenchida pela contratante em 02 (duas) vias, ficando 01 (uma) via em poder da contratante e a outra em poder da contratada)

SUBPREFEITURA SÉ			
RELATÓRIO DIÁRIO DE PRESENÇA - SERVIÇO DE MICRODRENAGEM MECANIZADA			
Nº CONTRATO	____/SUB-SÉ/20____	DATA	____/____/____ 2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO		HORA INÍCIO	:
PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO		INTERVALO	:
ATA		HORA TÉRMINO	:
NOTA DE EMPENHO Nº		TOTAL HORAS TRABALHADAS	:
CONTRATADA			
SERVIÇO	Limpeza Mecânica de galerias, Ramais, Poços de Visita, Bocas de lobo, Tubos e Conexões		
EQUIPE Nº	1 - (turno)	ORDEM DE INÍCIO	____/SUB-SÉ/CPO/STLP/20____
RELATÓRIO DE EQUIPAMENTOS - SERVIÇO DE MICRODRENAGEM MECANIZADA			
EQUIPAMENTOS / VEÍCULOS UTILIZADOS		PLACA	SIM / NÃO
CAMINHÃO COMBINADO HIDROJATO			
RELATÓRIO DIÁRIO DE PRESENÇA - SERVIÇO DE MICRODRENAGEM MECANIZADA			
FUNCIONÁRIO	CARGO	REGISTRO	ASSINATURA
	MOTORISTA/OPERADOR		
	BUERISTA		
	AJUDANTE		
OBSERVAÇÕES			
PMSP		CONTRATADA / EMPRESA	

ANEXO III

FICHA DIÁRIA DE PRODUÇÃO DA EQUIPE DE LIMPEZA MECÂNICA DE GALERIAS, RAMAIS, POÇOS DE VISITA, BOCAS DE LOBO, TUBOS E CONEXÕES, COM EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO/SUGADOR/RECICLADOR, TRANSPORTE DE RESÍDUOS E INSPEÇÃO POR IMAGEM.

SUBPREFEITURA SÉ								
RELATÓRIO DIÁRIO DE PRODUTIVIDADE - SERVIÇO DE MICRODRENAGEM MECANIZADA								
Nº CONTRATO		/SUB-É/2023		DATA		____ / ____ / 2023		
PROCESSO ADMINISTRATIVO				HORA INÍCIO				
PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO				INTERVALO				
ATA				HORA TÉRMINO				
NOTA DE EMPENHO Nº				TOTAL HORAS TRABALHADAS				
CONTRATADA								
SERVIÇO		Limpeza Mecânica de galerias, Ramais, Poços de Visita, Bocas de lobo, Tubos e Conexões						
EQUIPE Nº		1 - (turno)		ORDEM DE INÍCIO		/SUB-SÉ/CPO/STLP/20____		
Nº ORDEM DE SERVIÇO	LOGRADOURO	BL LIMPAS (unid.)	PV LIMPOS (unid.)	EXTENSÃO DE RAMAIS LIMPOS (m)	EXTENSÃO DE GALERIAS LIMPAS (m)	VOLUME DETRITOS RETIRADOS (m³)	INSPEÇÃO POR IMAGEM (Televisamento) (m)	DESCOBERTA DE POÇO DE VISITA (Encoberto) (unid.)
OBSERVAÇÕES								
PMSP				CONTRATADA / EMPRESA				

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL/VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS

O empresário declara, por meio de seu representante, sob as penas da Lei, que, caso venha vencer o presente certame, disponibilizará o pessoal, veículos e equipamentos previstos no Edital do pregão n.º XX/SUB-SE/2003, em número suficiente ao atendimento dos serviços, considerando a estimativa de utilização prevista nos documentos da licitação.

Declara, também, que, por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, apresentará os documentos de propriedade do veículo/equipamento, ou o instrumento de disponibilização (locação, cessão, “leasing”) pelos proprietários, para a execução dos serviços neles objetivados, bem assim que os mesmos serão fornecidos em perfeitas condições de uso, de tal modo a não comprometer o bom andamento dos serviços a serem contratados.

São Paulo, de de 2023.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

Nome :

R.G. :

Cargo :

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE) (APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS LICITANTES)

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 62.100/2022, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital da Licitação.

Local e data

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

Cargo/função:

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)**

A empresa _____ inscrita no CNPJ
sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a). portado(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº
_____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art.
27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro
de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

São Paulo, de de 2023

(representante legal / procurador)

R.G.:

Cargo

(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

O _____ empresário
_____, inscrita no CNPJ sob nº _____
_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____
_____, DECLARA, sob as penas de lei, a inexistência de
impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.
(local, data e assinatura)

São Paulo, _____ de _____ de 2023

(representante legal / procurador)
R.G.: _____
Cargo _____